



JUSTIFICATIVA DE NÃO EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Dispensa de Licitação nº: 3/2026 – DPE/SE

Processo eletrônico nº: 26/2026-COMP.CON.DIRETA-DPE/SE

Interessado: Defensoria Pública do Estado de Sergipe

Objeto: Contratação de prestadora de serviços na área de seguro de vida em grupo, para fornecimento de apólice de acidente pessoal destinada a estagiários.

I. RELATÓRIO

O presente expediente tem por finalidade apresentar justificativa para a não aplicação da exclusividade de participação a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) na Dispensa de Licitação nº 3/2026 – DPE/SE, cujo objeto é a Contratação de prestadora de serviços na área de seguro de vida em grupo, para fornecimento de apólice de acidente pessoal destinada a estagiários.

Ressalta-se que a presente decisão administrativa decorre da incidência objetiva das hipóteses excepcionais previstas na legislação aplicável, cabendo à Administração demonstrar, mediante motivação técnica expressa, a inviabilidade material da adoção do tratamento favorecido quando sua aplicação comprometer a competitividade, a economicidade ou a obtenção da proposta mais vantajosa, em observância aos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. Normas Aplicáveis

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Estadual nº 8.747/2020, a Administração Pública deve conceder tratamento diferenciado às ME e EPP e equiparadas, seja por meio de exclusividade em certames de até R\$ 120.000,00, seja por reserva de cota de até 25% em contratações de maior vulto.

Contudo, a própria legislação excepciona tal obrigação quando:

a. Não houver número mínimo de fornecedores competitivos;



b. O tratamento diferenciado não for vantajoso para a Administração; ou

c. Como no caso presente, quando se tratar de hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 6º, III, da Lei Estadual nº 8.747/2020.

Art. 6º Os benefícios previstos nos artigos anteriores não se aplicam quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados no caput do art. 1º desta Lei, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública Estadual ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei (Federal) nº 8.666, de 21 de julho de 1993¹, excetuando-se as dispensas previstas nos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deve ser feita de empresas enquadradas no art. 1º desta Lei, observando-se o disposto no parágrafo único deste artigo;

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar os objetivos previstos nesta Lei.

Parágrafo único. A não aplicação da preferência prevista no inciso III do “caput” deste artigo deve ser justificada no processo de contratação.

Embora o art. 6º, III, da Lei Estadual nº 8.747/2020 contenha remissão originária aos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993, a interpretação sistemática da norma deve observar o regime jurídico atualmente vigente, notadamente os arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, por força da revogação integral da legislação anterior.

2. Entendimento dos órgãos de controle

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União consolidou entendimento no sentido de que o tratamento favorecido conferido às microempresas e empresas de pequeno porte não possui natureza absoluta, podendo ser afastado quando demonstrado, de forma motivada e objetiva, que sua aplicação compromete a competitividade, restringe indevidamente o universo de fornecedores aptos ou afasta a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, a Corte de Contas tem reiteradamente assentado que a adoção ou afastamento do benefício legal deve estar acompanhado de justificativa técnica expressa, lastreada em elementos concretos de mercado, em observância aos princípios da motivação, da eficiência, da competitividade e da vantajosidade.

¹ Decreto nº 342 de 28 de junho de 2023 - Art. 250. Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por este Decreto as disposições constantes na Lei nº 8.747, de 09 de setembro de 2020.



3. Natureza do Objeto

O objeto da contratação consiste em serviço securitário, cuja execução depende de empresas devidamente autorizadas e reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A execução do objeto exige atuação por sociedade seguradora regularmente autorizada e supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados, condição regulatória que reduz substancialmente o universo de agentes econômicos potencialmente aptos à contratação, circunstância que, na prática de mercado, restringe significativamente a presença de microempresas e empresas de pequeno porte no segmento securitário coletivo.

4. Risco de Prejuízo à Administração

A imposição de exclusividade, no caso concreto, poderá restringir artificialmente a competitividade do procedimento, reduzir o universo de potenciais proponentes e comprometer a seleção da proposta mais vantajosa, hipótese expressamente excepcionada pela legislação aplicável quando demonstrado prejuízo objetivo ao interesse público, tais como:

a. Reduzir drasticamente o universo de participantes, considerando as barreiras regulatórias do setor securitário;

b. Comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa, pois o mercado de seguros em grupo é concentrado em empresas de médio e grande porte;

c. Configurar restrição indevida à competitividade, em afronta aos princípios da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa (art. 37, XXI, da Constituição Federal e art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se estarem presentes os pressupostos jurídicos e técnicos que autorizam a não aplicação da exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte na Dispensa de Licitação nº 3/2026 – DPE/SE.

A medida encontra amparo:

a. Na incidência da exceção prevista no art. 6º, III, c/c parágrafo único, da Lei Estadual nº 8.747/2020, interpretado sistematicamente à luz dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021;



b. Na natureza regulada do objeto, cuja execução exige autorização específica da Superintendência de Seguros Privados;

c. Na demonstração de que a restrição à competitividade decorrente da exclusividade comprometeria a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa;

d. Na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, segundo a qual o tratamento favorecido às ME/EPP pode ser excepcionalmente afastado quando houver motivação técnica idônea e demonstração objetiva de prejuízo à competitividade ou à vantajosidade.

Assim, justifica-se o afastamento da exclusividade, em observância aos princípios da eficiência, competitividade, motivação e interesse público.

Aracaju, 27 de maio de 2026.

Adriano Ferreira dos Santos
Coordenador
Matrícula nº 1049